

- Coleção objETHOS de Códigos Deontológicos -

CANADÁ

DIRETRIZES ÉTICAS DA ASSOCIAÇÃO CANADENSE DE JORNALISTAS

*(Apresentadas pelo comitê de ética da
Associação Canadense de Jornalistas em junho de 2011)*

Tradução: Isadora Mafra Ferreira

Precisão

Somos disciplinados em nossos esforços para verificar todos os fatos. Precisão é o imperativo moral dos jornalistas e organizações jornalísticas e não deve ser comprometida, mesmo com a pressão dos prazos do ciclo noticioso de 24 horas.

Fazemos o máximo para verificar as identidades e origens de nossas fontes.

Procuramos documentação para apoiar a confiabilidade dessas fontes e suas histórias, e temos o cuidado de distinguir alegações de verdades. O ônus de verificar todas as informações é nosso, mesmo com sob a pressão do prazo.

Certificamos-nos de manter o contexto original de todas as citações, esforçando-nos para transmitir o tom original. Nossas reportagem e edição não vão mudar o significado de uma declaração ou excluir qualificadores importantes.

Não há direitos de autoria sobre notícias ou ideias uma vez que a história esteja em domínio público.

Enquanto ideias e notícias são divulgadas para serem apropriadas, palavras usadas para transmiti-las não estão. Se pegamos emprestado uma história, ou mesmo um parágrafo, de outra fonte, nós damos o crédito ou reescrevemos antes de publicar ou transmitir. Usar análises ou interpretações de outros pode constituir plágio, mesmo que as palavras sejam reescritas, a menos que seja atribuído.

Quando cometemos um erro, seja de fato ou contexto, e independente da plataforma, nós corrigimos prontamente e de forma transparente, reconhecendo a natureza do erro.

Nós publicamos ou transmitimos todas as correções, esclarecimentos ou pedidos de desculpas de forma consistente.

Nós geralmente não “despublicamos” ou removemos conteúdo digital, apesar dos pedidos do público ou remorso da fonte. Exceções raras geralmente envolvem questões de segurança pública, um erro flagrante ou violação ética, ou restrições legais, tais como a proibição de publicação.

Justiça

Nós respeitamos os direitos das pessoas envolvidas na notícia.

Damos às pessoas, empresas ou organizações que são publicamente acusados ou criticados oportunidade de responder antes de publicar tais críticas e acusações. Fazemos um esforço genuíno para contatá-los e, se recusam-se a comentar, nós o dizemos.

Não nos referimos a raça, cor, religião, orientação sexual, autoidentificação de gênero ou capacidade física de uma pessoa, a menos que seja pertinente para a história.

Evitamos estereótipos de raça, sexo, idade, religião, etnia, geografia, orientação sexual, deficiência, aparência física ou condição social. E tomamos cuidado especial nas histórias de crime.

Temos um cuidado especial ao relatar sobre crianças ou aqueles que são, de outra maneira, incapazes de consentir em ser entrevistados. Enquanto alguns menores, como atletas, podem ser entrevistados, outros têm pouca compreensão sobre as implicações em falar com a imprensa. Então, quando não temos certeza, ou quando se trata de assunto particularmente sensíveis, nós temos que procurar consentimento dos pais. Além disso, tomamos cuidado especial ao usar qualquer material publicado por menores em mídias sociais, pois eles podem não compreender a natureza pública de suas postagens.

Nós não permitimos que nossas próprias inclinações impeçam a comunicação justa e precisa.

Respeitamos o direito de cada pessoa a um julgamento justo.

Nós não pagamos por notícias, embora possamos recompensar aqueles que fornecem material em vídeo e fotos. Nós às vezes também recorremos a especialistas para fornecer experiência profissional, e pagamos por atividades incorporadas. Temos o cuidado de destacar qualquer pagamento desse tipo em nossas histórias.

Está se tornando comum a solicitação de pagamentos em países estrangeiros, seja para os guias, para fazer conexões, ou ajudar uma fonte a viajar para atender jornalistas. Mas é importante questionar os motivos em tais casos, e ser transparente ao dizer para o público o que aconteceu.

Direito à privacidade

O público tem o direito de saber sobre as instituições e as pessoas eleitas ou contratadas para servir aos seus interesses. As pessoas também têm direito a privacidade e aqueles acusados de crime tem o direito a um julgamento justo.

No entanto, existem conflitos inevitáveis entre o direito a privacidade, o bem público e o direito do público de ser informado. Cada situação deve ser analisada à luz do bom senso, humanidade e direito público à informação.

Nós não manipulamos pessoas impelidas para o centro das atenções porque são vítimas de crime ou estão associadas a uma tragédia. Também não escrevemos histórias voyeurísticas sobre eles. Quando entramos em contato com eles somo

sensíveis às suas situações, e reportamos apenas informações que tenham interesse público legítimo.

Os jornalistas estão cada vez mais usando sites de redes sociais para acessar informações sobre pessoas e organizações. Quando indivíduos publicam e postam informações sobre eles mesmos em tais sites, tais informações geralmente se tornam públicas e podem ser usadas. No entanto jornalistas não devem usar subterfúgios para obter acesso a informações privadas. Além disso, mesmo quando a informação é pública, é preciso aplicar rigorosamente as considerações éticas, incluindo confirmação independente e transparência na identificação das fontes.

Independência

Nós servimos à democracia e ao interesse público, relatando a verdade. Isto, às vezes, entra em conflito com vários interesses públicos e privados, incluindo aqueles de fontes, governos, anunciantes e, ocasionalmente, com nosso dever e obrigação para com um empregador.

Defender o interesse público inclui promover o livre fluxo de informações, expondo crime ou delito, proteger a saúde e segurança públicas e prevenir o público de ser enganado.

Nós não damos tratamento preferencial a anunciantes e interesses especiais. Nós resistimos aos esforços para influenciar as notícias.

Nós pagamos nossas próprias contas sempre que possível. No entanto, nem todos os jornalistas ou organizações têm meios para fazê-lo. Então, se outra organização paga nossas despesas para a cobertura de um evento, nós o dizemos, e isso inclui coberturas nas indústrias de viagem, automotivas, militares e comércio internacional. (Há algumas exceções, por exemplo, é prática comum de aceitar bilhetes revisores para estreias de filmes, concertos, palestras e apresentações teatrais.

Nós não solicitamos presentes ou favores para uso pessoal e devemos devolver prontamente presentes não solicitados com valor maior ao nominal. Se for impraticável devolver o presente, nós vamos doá-lo a uma instituição de caridade apropriada.

Nós não aceitamos o uso livre ou com tarifa reduzida de bens valiosos ou serviços oferecidos por causa de nossa posição. No entanto, pode ser apropriado usar um produto por um curto período de tempo para testá-lo ou avaliá-lo. (Uma exceção comum são os livros, músicas, comidas ou outros novos produtos enviados para críticas.)

Nós geralmente não aceitamos pagamentos para falar para grupos sobre os quais noticiamos ou comentamos.

Nós não informamos sobre assuntos nos quais temos interesses financeiros ou outros, e não usamos nossas posições para obter negócios ou outras vantagens não acessíveis ao público em geral.

Não mostramos reportagens concluídas às fontes – especialmente fontes oficiais – antes de serem publicadas ou transmitidas, a menos que a prática se destine a verificação de fatos. Fazer isso pode ser um convite a censura prévia e pode desafiar nossa independência como repórteres.

Nós reunimos informações com a intenção de produzir histórias e imagens para consumo público. Nós geralmente não compartilhamos informações inéditas – como anotações, fitas de áudio de entrevistas, documentos, e-mails, arquivos digitais, fotos e vídeos – com aqueles que estão fora das organizações de mídia para as quais trabalhamos. No entanto, esse compartilhamento pode ser necessário para verificar os fatos, ganhar a confiança das fontes ou solicitar mais informações.

Colunistas e comentaristas devem ser livres para expressar suas opiniões, mesmo quando esses pontos de vista conflitam com os de suas organizações, desde que o conteúdo atenda aos padrões jornalísticos de imparcialidade e precisão.

Conflito de interesses

Como observadores justos e imparciais, devemos ser livres para comentar sobre as atividades de qualquer órgão público ou grupo de interesse especial. Mas não podemos fazer isso sem um aparente conflito de interesses se somos membros ativos de uma organização, a qual estamos cobrindo, e isso inclui a adesão através de mídias sociais.

Nós perdemos nossa credibilidade se escrevemos artigos de opinião sobre assuntos que também cobrimos como repórteres.

Conselhos editoriais, colunistas e comentaristas apóiam candidatos ou causas políticas. Repórteres não.

Nós consideramos cuidadosamente nossas atividades políticas e envolvimento comunitários – incluindo aqueles *online* – e nos abstemos de participar em manifestações, assinar petições, fazer trabalho de relações públicas, captar recursos ou fazer contribuições financeiras se houver uma chance de cobrimos a campanha, atividade ou grupo envolvido.

Se um jornalista opta por se envolver em atividades políticas ou defender um ponto de vista político particular, esta atividade pode criar uma percepção pública de parcialidade ou favoritismo que irá refletir sobre o trabalho do jornalista. Qualquer jornalista que se envolve em tais atividades – incluindo concorrer a cargos – deve declarar publicamente quaisquer conflitos reais ou potenciais.

Nossas vidas privadas *online* apresentam desafios especiais. Por exemplo, a única maneira de se inscrever em algumas publicações ou redes sociais é tornar-se membro. Ter um não-jornalista que se inscreva por você é uma solução, como também participar de vários grupos do Facebook para não favorecer eleitoralmente ninguém.

Transparência

Em geral, declaramo-nos jornalistas e não escondemos nossa identidade, inclusive quando buscamos informações através de mídias sociais. Entretanto, jor-

nalistas podem se disfarçar quando a informação é de interesse público e não há outra maneira de obtê-la; em tais casos, nós explicamos abertamente ao público.

Nós normalmente identificamos as fontes de informação. Mas podemos usar fontes anônimas quando há uma razão clara e urgente de proteger o anonimato, quando o material adquirido com a fonte confidencial é de interesse público forte, e não há outro caminho razoável para obter informações. Quando isso acontece, vamos explicar a necessidade de anonimato.

Evitamos pseudônimos, mas quando o uso é essencial e cumpre todos os requisitos acima, podemos dizer aos leitores, ouvintes e telespectadores.

Quando fazemos uso de fontes anônimas, devemos identificá-las com a maior precisão possível por associação ou status. (Por exemplo, uma “fonte militar” deve ser das forças armadas.) Qualquer interesse ou potencial viés por parte de uma fonte deve ser revelado.

Nós corroboramos os fatos independentemente se os obtemos de uma fonte não nomeada.

Não permitimos que fontes anônimas ataquem indivíduo ou organizações.

Se tomamos emprestado material de outra fonte, temos o cuidado de creditar.

Admitimos abertamente quando cometemos erros e fazemos todos os esforços para corrigi-los imediatamente.

Divulgamos para nosso público qualquer viés que possa influenciar nossa comunicação.

Nós abertamente dizemos ao público quando uma organização paga nossas despesas, ou quando pagamos para obter informações.

Promessas a fontes

Nós prometemos anonimato apenas quando o material é de interesse público e não pode ser obtido de outra maneira. E quando fazemos essas promessas a fontes, devemos cumpri-las.

Porque podemos ser ordenados por um tribunal ou inquérito judicial a divulgar fontes confidenciais sob ameaça de ir para a cadeia, devemos entender o que estamos prometendo. Essas promessas – e até onde estamos dispostos a ir para mantê-las – devem ser claramente definidos como parte da promessa. As seguintes frases, se devidamente explicadas, podem ser úteis:

Não por atribuição: Podemos citar declarações diretamente, mas a fonte não pode ser nomeada, embora uma descrição geral da sua posição pode ser dada. No vídeo, TV ou rádio, a identidade pode ser blindada alterando a voz ou aparência.

Em fundo: Podemos usar a essência de declarações e descrever a fonte geralmente, mas não podemos usar citações diretas.

Off the record: Nós não podemos publicar a informação, que pode ser usada exclusivamente para ajudar nossa compreensão ou perspectiva. Não há muito

sentido em saber algo que não pode ser relatado, então esse compromisso deve ser usado com moderação, se usado.

Quando não estamos dispostos a ir para a cadeia para proteger a fonte, dizemos isso antes de fazer a promessa. E nós deixamos claro que o acordo acaba quando a fonte no engana ou mente.

Diversidade

Organizações de mídia – incluindo jornais, sites, revistas, rádio e televisão – proporcionam fóruns para o livre intercâmbio de informação e opinião. Como tal, procuramos incluir pontos de vista de todos os segmentos da população.

Nós também encorajamos as nossas organizações para dar espaço aos interesses de todos: minorias e majorias, aqueles com poder e aqueles sem, detentores de opiniões divergentes e conflitantes.

Evitamos estereótipos e não nos referimos à raça, cor, religião, orientação sexual, autoidentificação de gênero ou capacidade física de uma pessoa, a menos que seja pertinente para a história.

Prestação de contas

Nós somos responsáveis perante o público pela justiça e confiabilidade dos nossos relatos.

Servimos ao interesse público e colocamos as necessidades dos leitores, ouvintes e telespectadores à frente de nossas decisões de coletas de informação.

Nós identificamos claramente notícias e opinião para que o público saiba qual é qual.

Nós não enganamos o público sugerindo que o repórter está em um lugar no qual ele não está.

Fotojornalistas e cinegrafistas não vão alterar imagens ou sons para que eles enganar o público. Quando nós alteramos imagens, nós claramente rotulamos (como uma fotoilustração ou um vídeo encenado, por exemplo.)

Usamos de cuidado ao informar sobre estudos, pesquisas e levantamentos médicos, e precisamos de suspeita especialmente sobre estudos comissionados por aqueles com grande interesse, como empresas farmacêuticas, grupos de interesse especial ou grupos politicamente patrocinados. Certificamo-nos de saber o contexto dos resultados, tais como tamanho da amostra e população, perguntas feitas, e patrocinadores dos estudos, e devemos incluir esta informação em nossos relatos sempre que possível.

Quando cometemos um erro, nós o corrigimos prontamente e de forma transparente, reconhecendo a natureza do erro.

Mídia digital: questões especiais

Prática ética não muda com o meio. Estamos vinculados aos princípios acima, não importa onde nossas histórias sejam publicadas ou transmitidas.

Consideramos todo o conteúdo *online* com cuidado, incluindo blogs e conteúdo postado em mídias sociais. Nós não postamos rumores.

A necessidade de velocidade nunca deve comprometer a credibilidade, precisão ou justiça. Conteúdo *online* deve ser relatado e editado cuidadosamente como conteúdo impresso e, quando possível, sujeitos a edição completa.

Nós informamos claramente às fontes quando as histórias sobre eles serão publicadas em diversos meios de comunicação, e indicamos a permanência da mídia digital.

Quando publicamos links de fora, fazemos o máximo para garantir que os sites são confiáveis; em outras palavras, pensamos antes de disponibilizar os links.

Quando corrigimos erros *online*, nós indicamos que o conteúdo foi alterado ou atualizado e qual foi o erro original.

Desde que o conteúdo seja preciso, nós geralmente não “despublicamos” ou removemos o conteúdo digital, apesar dos pedidos do público, incluindo casos em que a fonte se arrepende. Exceções raras geralmente envolvem questões de segurança pública, um erro flagrante de ética ou restrições legais, tais como a proibição de publicação.

Nós tentamos obter a permissão sempre que possível para usar fotos e vídeos *online* e sempre creditamos o material, nomeando o autor e onde a foto ou vídeo foi publicado anteriormente. Usamos estas fotos e vídeos somente para atender ao interesse público, e não para servir aos interesses voyeurísticos.

Nós encorajamos o uso de redes sociais, pois é uma maneira de fazer ligações, o que fazer parte do nosso trabalho como jornalistas. No entanto, tenhamos em mente que qualquer informação recolhida através de meios *online* deve ser confirmada, verificada e devidamente creditada.

Atividades pessoais *online*, incluindo e-mails e redes sociais, geralmente devem ser consideradas como públicas e não privadas. Essa atividade pode impactar nossa credibilidade profissional. Como tal, pensamos cuidadosamente antes de postar, e tomamos um cuidado especial ao declarar nossa inclinação política *online*.